

### **Moção da ABA**

A comunidade antropológica internacional representada pela International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES) e o World Council of Anthropological Associations (WCAA) foi informada sobre as perseguições legais que quase 30 antropólogas e antropólogos brasileiros estão recebendo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI INCRA e FUNAI 2). Expressamos nossa preocupação com a tentativa de criminalizar a pesquisa e a prática antropológica no Brasil, assim como lideranças indígenas e comunidades quilombolas (i.e., descendentes de libertos da escravidão). A antropologia brasileira é internacionalmente respeitada por sua alta qualidade científica e por ser exemplar na defesa dos direitos humanos de minorias. Liberdade de pensamento acadêmico, respeito pela diversidade, pluralismo e direitos culturais e territoriais são valores protegidos pela Constituição brasileira. Apelamos às autoridades brasileiras a tomar as medidas necessárias para proteger o bem-estar dos antropólogos e lideranças indígenas e quilombolas no Brasil.

Versão final aprovada por aclamação pela assembleia conjunta da IUAES e WCAA.

Ottawa, 05 de maio de 2017.

### **ABA Motion**

The international anthropological community represented by the International Union of Anthropological and Ethnological Sciences and the World Council of Anthropological Associations has been informed of the legal persecutions that almost 30 Brazilian anthropologists are suffering from a Parliamentary Inquiry Commission. We want to express our preoccupation with the attempt to criminalize anthropological research and practice in Brazil as well as the leaders of Indigenous and Maroon or Quilombola (i.e., descendants of escapees from slavery) communities. Brazilian anthropology is internationally respected for its high scientific quality and for being a global exemplar for defending the human rights of minorities. Liberty of academic thinking, respect for diversity, pluralism, and cultural and land rights are values that are protected by the Brazilian Constitution. We call on the Brazilian authorities to take the necessary measures to protect the well-being of anthropologists, Indigenous peoples and Quilombola leaders in Brazil.

Final version approved by acclamation during the joint assembly of IUAES and WCAA.

Ottawa, May 5, 2017.